

Demonstrações Financeiras

Dezembro 2023

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

A Administração do Banco CNH Industrial Capital S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício 2023, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Banco CNH Industrial Capital S.A. faz parte do Grupo CNH Industrial (Grupo), e tem como missão a promoção de financiamentos que fomentam a venda de máquinas e equipamentos produzidos pelas empresas do Grupo CNH Industrial, e, de acordo com suas políticas de créditos.

Desde janeiro de 2014, o Banco CNH Industrial Capital S.A. presta também serviços financeiros à marca Iveco. Os financiamentos de veículos comerciais e geradores aos clientes e rede de concessionárias Iveco e FPT são prestados através de contratos de parceria estabelecidos com a On-Highway Brasil Ltda. e a FPT Industrial Brasil Ltda.

O Banco CNH Industrial Capital S.A., em atendimento às exigências da Resolução CMN nº 4.557/17 e Resolução BCB nº 54/20, implementou, após a aprovação pelo Conselho de Administração, as políticas institucionais e a estrutura de Gerenciamento de Riscos e de Gerenciamento de Capital. Detalhes sobre a estrutura do gerenciamento de riscos e de capital, bem como informações qualitativas e quantitativas, podem ser consultadas no site: www.cnhindustrialcapital.com

A seguir, descrevemos um resumo de cada estrutura de riscos:

A) Risco Social, Ambiental e Climático

Atendendo à Resolução CMN nº 4.945/21, o Banco CNH Industrial Capital S.A. estabeleceu e o Conselho de Administração aprovou a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAAC), contendo os princípios e as diretrizes que norteiam as ações da Instituição quanto à promoção do desenvolvimento sustentável e responsável nas atividades inerentes ao seu negócio e na relação com as partes interessadas. A política observa os princípios de relevância, proporcionalidade e eficiência.

O Banco CNH Industrial Capital S.A. também estabeleceu a estrutura de Governança da PRSAAC em linha com o porte, a natureza do negócio e complexidade de serviços e produtos oferecidos, bem como com as atividades, processos e sistemas adotados.

A Governança instituída tem como maior objetivo assegurar o cumprimento dos princípios, diretrizes e objetivos estratégicos da Instituição. Seguem as instâncias da estrutura de Governança da PRSAAC: Conselho de Administração, Comitê de Riscos, Diretor Responsável pelo Risco Social, Ambiental e Climático e Risco Socioambiental.

B) Risco Operacional

Dentro das diretrizes da Resolução CMN nº 4.557/17, o Banco CNH Industrial Capital S.A. define o Risco Operacional (RO) como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas, bem como o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição.

Nesse sentido, o Banco CNH Industrial Capital S.A. definiu uma estrutura de gerenciamento de RO suportado por procedimentos e políticas aprovadas pelo Conselho de Administração, alocação de recursos capacitados e compatíveis com a complexidade dos negócios da Instituição e definição de funções e responsabilidades, bem como processos consistentes e abrangentes para identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação do RO.

C) Risco de Mercado

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17, o Banco CNH Industrial Capital S.A. define como risco de mercado como a possibilidade de ocorrências de perdas resultantes de flutuações no mercado de posições detidas pelo Banco.

A Estrutura de Gerenciamento do Risco de Mercado envolve um conjunto de práticas e princípios que tem por objetivo identificar, mensurar, acompanhar e controlar as exposições sujeitas às oscilações dos preços de mercado e que, consequentemente, podem originar perdas financeiras.

O atual modelo de negócio do Banco CNH Industrial Capital S.A. não inclui nem prevê o uso de instrumentos/operações financeiras relacionadas a ações e/ou mercadorias (*commodities*). As operações de derivativos contratadas pelo Banco CNH Industrial Capital S.A. visam, exclusivamente, o hedge do descasamento de prazos e indexadores do balanço patrimonial do Banco, conforme Política definida pela matriz do Grupo.

As atribuições básicas na gestão de Risco de Mercado são: a) Monitorar e controlar a exposição ao risco de mercado, conforme os limites estabelecidos nas políticas da Instituição; b) Recomendar, quando aplicável, alterações às políticas de gestão de Risco de Mercado; c) Identificar previamente os riscos inerentes a novas atividades e produtos; e d) Realizar simulações de condições extremas de mercado.

D) Risco de Crédito

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17, o Banco CNH Industrial Capital S.A. possui uma equipe específica para a gestão do Risco de Crédito e tem como missão, identificar, mitigar, controlar, mensurar e estimar as perdas associadas ao risco de crédito, por meio de um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, aferição e diagnóstico dos modelos, instrumentos e processos vigentes, exigindo disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos. Faz parte do gerenciamento do risco de crédito: a) equipe específica de *Risk Management*; b) políticas de crédito alinhadas com as normas globais do Grupo; c) modelos (*scores*) para concessão e manutenção do crédito; e d) equipe *Underwriting* especializada e alçadas diferenciadas para a avaliação de cada proposta.

Para o Banco CNH Industrial Capital S.A. é de suma importância minimizar o risco e, por consequência, manter as perdas de crédito em um nível aceitável. Para tanto, executamos periodicamente desenvolvimentos, processos, análises e controles sobre toda a nossa carteira de crédito, tanto para a carteira ativa quanto para novas concessões. Dessa forma, estamos adequados às exigências dos órgãos reguladores, garantindo assim a aderência às leis e aos regulamentos vigentes.

E) Risco de Liquidez

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17, o Banco CNH Industrial Capital S.A. mantém uma estrutura de gestão de Risco de Liquidez, bem como níveis adequados e suficientes de liquidez compatíveis com a natureza de suas operações, a complexidade dos produtos e dimensão da sua exposição a esse risco. Para isso define Risco de Liquidez como:

- A possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- A possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Relativamente ao índice de Basileia, as instituições financeiras devem manter o patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos ponderados por fatores que variam de 0% a 300%. Em 31 de dezembro de 2023, o índice de Basileia do Banco CNH Industrial Capital S.A. era de 13,08%, conforme demonstrativo de resumo de cálculo abaixo:

Cálculo do Limite de Imobilização e Índice de Basileia - (R\$K)	
Abertura do Coeficiente de Capital Regulatório	dez/23
Patrimônio de referência nível I	2.419.744
Capital principal	2.419.744
Patrimônio líquido ajustado + subordinada	3.119.138
Ajustes prudenciais, conforme Resolução nº 4.192/13 do CMN	(14.660)
Patrimônio de referência de Nível II	699.394
Dívida subordinada (3)	699.394
Patrimônio de referência (a)	3.119.138
Risco de crédito	22.355.261
Risco de mercado	228.629
Risco operacional	1.256.787
Valor correspondente ao RBAN / IRRBB	165.901
Ativo ponderado pelo risco - RWA (b) (4)	23.840.677
Patrimônio de referência exigido (RWA)	2.073.155
- Índice de Basileia	13,08%
- Índice de Basileia Amplo (inclui ACP conservação + Risco de Mercado)	12,39%
Capital Nível I	10,15%
Capital principal	10,15%
Capital Nível II	2,93%
RAZÃO DE ALAVANCAGEM (RA)	9,17%
Margem (PR - PRE)	815.952
Adicional de capital principal mínimo (CP Mínimo)	596.017
Margem para verificação do adicional de capital principal	1.211.884
Adicional de conservação de capital principal	596.017
Margem sobre o adicional de capital principal	393.287
Margem Patrimônio de Referência	449.966

A) GERENCIAMENTO DE CAPITAL

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17, o Banco CNH Industrial Capital S.A. possui estrutura para o gerenciamento de capital para: a) monitorar e controlar o capital mantido pela Instituição; b) avaliar as necessidades de capital considerando riscos inerentes às atividades da Instituição; e c) planejar as metas e a necessidade de capital, conforme objetivos estratégicos da Instituição.

As áreas responsáveis e envolvidas no acompanhamento e monitoramento dos itens inerentes à política e ao processo de gerenciamento de capital são: a) Diretoria Financeira: Responsável pelos processos e controles relativos ao gerenciamento de capital; b) FP&A: Responsável pela elaboração de projeções de Resultado e Balanço, seguindo as diretrizes estabelecidas pelo Banco, abrangendo o horizonte mínimo de três anos, bem como sua atualização anual; monitoramento e divulgação de impactos que possam alterar, significativamente, os cenários previamente estabelecidos, levantando possíveis riscos e/ou necessidade de revisão das estratégias contempladas no referido plano; c) Comitê de *Funding*: composto por membros das áreas de Tesouraria, Diretoria Financeira, Presidência do Banco CNH Industrial Capital S.A. e membros da tesouraria da CNH Industrial Brasil Ltda., responsável por acompanhamentos macroeconômicos e de operações financeiras. Este Comitê é responsável também por promover discussões acerca do gerenciamento de capital, bem como aprovar e promover mudanças na estratégia de *Funding* do Banco.

OUVIDORIA

No que tange ao Direito do Consumidor, o Banco CNH Industrial Capital S.A., atendendo ao disposto na Resolução CMN nº 4.860/20, implantou sua Ouvidoria, que tem como função ser canal de comunicação entre o Banco e seus clientes, buscando solucionar as questões não resolvidas em outros canais da Instituição, inclusive na mediação de conflitos, bem como propor à Diretoria medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos e rotinas, em decorrência da análise das reclamações recebidas.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O Banco CNH Industrial Capital S.A. tem suas operações voltadas ao financiamento para aquisição de produtos das empresas do Grupo CNH Industrial. Dentro desse cenário, 50% do total do portfólio corresponde a operações do segmento agrícola, 9% ao segmento de construção e 16% ao segmento de veículos comerciais. O Banco CNH Industrial Capital S.A. também opera com o financiamento de estoque de concessionários, o que corresponde a 25% do portfólio.

Considerando a característica dos produtos financiados, a utilização de linhas de crédito do BNDES, representa 29% do total de financiamentos da carteira.

O resultado do exercício registrou um lucro, após a dedução da provisão para o imposto de renda e contribuição social no valor de R\$ 143.180.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é fundamentada na análise e classificação das operações em níveis de risco, sendo julgada, pela Administração, suficiente para a cobertura de eventuais perdas. Ao final do exercício, o saldo da provisão para as operações de crédito e arrendamento era de R\$ 1.127.680 representando 4,40% do valor da carteira de operações de crédito.

Curitiba, 26 de março de 2024.

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

ATIVO	Notas	31/12/2023		31/12/2022	
		31/12/2023	31/12/2022	(Reapresentado)	(Reapresentado)
DISPONIBILIDADES	4	56	394		
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		<u>26.843.001</u>	<u>20.764.246</u>		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4 & 5	1.067.421	892.685		
Instrumentos financeiros derivativos	7.e	94.493	201.161		
Operações de crédito	6.a	25.559.693	19.593.321		
Outros ativos financeiros	7.a	121.394	77.079		
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL		<u>93.123</u>	<u>91.844</u>		
Operações de arrendamento mercantil	6.a	93.123	91.844		
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS					
AO RISCO DE CRÉDITO		<u>(1.127.680)</u>	<u>(600.830)</u>		
Provisão para perdas em operações de crédito	6.a	(1.121.956)	(599.674)		
Provisão para perdas em operações de arrendamento mercantil	6.a	(5.724)	(1.156)		
IMPOSTOS FISCAIS DIFERIDOS		<u>720.260</u>	<u>338.182</u>		
Impostos fiscais diferidos	12.b & c	720.260	338.182		
OUTROS ATIVOS	7.c	<u>79.868</u>	<u>59.091</u>		
Despesas antecipadas		71.618	50.919		
Outros valores e bens		18.296	14.450		
Provisão para desvalorização		(10.046)	(6.278)		
IMOBILIZADO DE USO		<u>2.404</u>	<u>1.397</u>		
Outras imobilizações de uso		11.325	9.991		
Depreciações		(8.921)	(8.594)		
INTANGÍVEL		<u>14.661</u>	<u>10.441</u>		
Ativos intangíveis	8.a	24.614	17.393		
Amortizações	8.b	(9.953)	(6.952)		
T o t a l		<u>26.625.693</u>	<u>20.664.765</u>		

PASSIVO	Notas	31/12/2023		31/12/2022	
		31/12/2023	31/12/2022	(Reapresentado)	(Reapresentado)
PASSIVOS FINANCEIROS		<u>24.008.836</u>	<u>18.394.861</u>		
Depósitos interfinanceiros	9	1.981.240	3.117.480		
Depósitos a prazo	9	3.277.428	2.439.087		
Obrigações por emissão de letras de crédito do agronegócio	10	5.326.275	2.183.103		
Obrigações por emissão de letras financeiras	10	4.200.436	3.408.991		
Obrigações por repasses do país - instituições oficiais	11	7.055.968	6.324.261		
Repasses no exterior	11	441.914	328.718		
Instrumentos financeiros derivativos	7.e	194.701	20.892		
Dívidas subordinadas elegíveis ao capital	7.d	699.394	307.420		
Outros passivos financeiros	7.a	831.480	264.909		
OBRIGAÇÕES FISCAIS	7.b	<u>136.759</u>	<u>284.825</u>		
Impostos e contribuições a recolher		114.762	205.391		
Obrigações fiscais diferidas	12.b	21.997	79.434		
PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS	19	<u>24.480</u>	<u>22.347</u>		
Contingências		24.480	22.347		
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>2.455.618</u>	<u>1.962.732</u>		
Capital social	13	2.105.253	1.427.695		
Reserva de capital		113.908	113.908		
Reserva de lucros		356.432	363.317		
Outros resultados abrangentes	20.b	(119.975)	57.812		
T o t a l		<u>26.625.693</u>	<u>20.664.765</u>		



Demonstrações Financeiras - Dezembro 2023

BANCO CNH INDUSTRIAL CAPITAL S.A. | CNPJ: 02.992.446/0001-75 | Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 11.825 - Curitiba - PR - Brasil | Ouvidoria: 0800 702 7041

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 E SEGUNDO SEMESTRE DE 2023
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto o lucro por lote de mil ações)

	Notas	2º semestre de 2023	Exercício de 2023	Exercício de 2022
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA				
Operações de crédito	6.a	1.783.207	3.434.105	2.317.019
Operações de arrendamento mercantil	6.a	50.491	97.541	56.684
Operações com aplicações interfinanceiras de liquidez	5	68.776	140.457	81.477
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		48.606	119.420	140.529
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		-	-	551.927
		(1.692.223)	(3.021.532)	(1.630.606)
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA				
Captações no mercado	9 & 10	(878.698)	(1.721.359)	(1.025.871)
Empréstimos, cessões e repasses	11	(280.020)	(515.035)	(413.722)
Operações de arrendamento mercantil	6.a	(42.094)	(82.010)	(47.758)
Provisão para perdas com créditos e arrendamento mercantil	6.a	(491.411)	(703.128)	(143.255)
		90.984	412.573	686.413
		(138.717)	(261.068)	(173.929)
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS				
Receitas de prestação de serviços		3.596	9.025	10.745
Despesas de pessoal		(35.304)	(66.055)	(57.416)
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	19	(2.810)	(5.946)	-
Outras despesas administrativas	14	(82.784)	(153.405)	(103.256)
Despesas tributárias		(27.752)	(60.134)	(39.549)
Outras receitas operacionais	15	12.465	21.693	29.815
Outras despesas operacionais	16	(6.128)	(6.246)	(14.268)
		(47.733)	151.505	512.484
		(3.776)	(3.333)	(4.017)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA				
		90.984	412.573	686.413
RESULTADO OPERACIONAL				
		(47.733)	151.505	512.484
RESULTADO NÃO OPERACIONAL				
		(3.776)	(3.333)	(4.017)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E AS PARTICIPAÇÕES				
		(51.509)	148.172	508.467
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL				
Imposto de renda corrente	12.a	90.402	2.030	(178.216)
Contribuição social corrente		(57.854)	(156.193)	(143.238)
Contribuição social diferidos		(46.143)	(125.193)	(120.184)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		194.399	283.416	85.206
		(3.388)	(7.022)	(5.382)
PARTICIPAÇÃO ESTATUTÁRIA NO LUCRO				
		35.505	143.180	324.869
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE / EXERCÍCIO				
		35.505	143.180	324.869
Lucro básico e diluído por ação em número médio ponderado de ações atribuível aos acionistas		0,02	0,08	0,23

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 E SEGUNDO SEMESTRE DE 2023
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2º semestre de 2023	Exercício de 2023	Exercício de 2022
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido	35.505	143.180	324.869
Ajustes ao lucro líquido	282.453	509.610	65.991
Depreciações e amortizações	1.627	3.602	3.077
Provisão para desvalorização - bens não de uso	3.801	3.768	-
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	491.411	703.128	143.255
Provisão para perdas em outros créditos	6.046	6.046	-
Provisão para contingências	2.810	5.946	4.865
Participações nos lucros	3.388	7.022	-
Imposto de renda e contribuição social corrente	103.997	281.386	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(194.399)	(283.416)	(85.206)
Diferimento de receita paga antecipada	(136.228)	(217.872)	-
Variação em ativos e passivos:	(116.449)	(996.842)	(186.424)
Redução / (aumento) em títulos e valores mobiliários	(26.174)	(53.409)	(101.846)
Redução / (aumento) em operações de crédito e de arrendamento	(4.242.644)	(6.143.930)	(5.866.153)
Redução / (aumento) em outros créditos	4.041	7.183	(37.371)
Redução / (aumento) em outros valores e bens	(8.590)	(20.699)	(41.323)
Aumento / (redução) em depósitos	458.566	(297.899)	1.516.008
Aumento / (redução) em obrigações por empréstimo e repasses	1.558.330	844.905	775.825
Aumento / (redução) em dívidas subordinadas e outras obrigações	620.889	1.105.925	569.383
Imposto de renda e contribuição social pagos	(316.281)	(373.534)	(94.471)
Aumento / (redução) em captação no mercado aberto	1.835.414	3.934.616	3.112.897
Redução em ajuste ao valor de mercado T.V.M.	-	-	(19.373)
Caixa líquido originado (consumido) em atividades operacionais		201.509	(344.052)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Alienação / (aquisição) em imobilizado de uso	(1.348)	(1.313)	993
Alienação / (aquisição) de bens não de uso próprio	(1.632)	(3.847)	462
Alienação / (aquisição) de investimentos	(30)	(108)	(33)
Aplicação / (baixa) no ativo intangível	(5.726)	(7.515)	(5.946)
Caixa líquido aplicado em atividades de investimento		(8.736)	(12.783)
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO			
Aumento de capital	150.000	550.000	195.145
Dividendos / JSCP pagos	-	-	(103.429)
Imposto de renda / JSCP pagos	(18.767)	(18.767)	-
Caixa líquido originado em atividades de financiamentos		131.233	531.233
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		324.006	174.398
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	743.471	893.079	1.249.005
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	1.067.477	1.067.477	1.540.634
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		324.006	174.398

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 E SEGUNDO SEMESTRE DE 2023
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2º semestre de 2023	Exercício de 2023	Exercício de 2022
Lucro líquido	35.505	143.180	324.869
Itens que serão reclassificados para o resultado			
Outros resultados abrangentes	(31.132)	(177.786)	(19.373)
Ajustes de avaliação patrimonial	(31.132)	(177.786)	(19.373)
Varição de valor justo	(59.365)	(333.886)	(35.224)
Efeito fiscal	28.233	156.100	15.851
Total do resultado abrangente		4.373	(34.606)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 E SEGUNDO SEMESTRE DE 2023
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Notas	Capital social realizado	Capital social a realizar	Reserva de capital	Reserva de lucros		Lucros / Prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	Total do patrimônio líquido
					Legal	Outras			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021									
Ajuste ao valor de mercado - instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	26.267	115.610	-	77.185	1.565.519
Aumento de capital		107.230	-	-	-	-	-	(19.373)	(19.373)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	324.869	-	107.230
Destinações:									
Reserva legal		-	-	-	16.243	-	(16.243)	-	-
Reserva - outras		-	-	-	-	308.626	(308.626)	-	-
Remuneração do capital próprio		-	87.916	-	-	(103.429)	-	-	(15.513)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		1.339.779	87.916	113.908	42.510	320.807	-	57.812	1.962.732
Mutações do exercício:									
		107.230	87.916	-	16.243	205.907	-	(19.373)	397.213
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		1.339.779	87.916	113.908	42.510	320.807	-	57.812	1.962.732
Ajuste ao valor de mercado - instrumentos financeiros derivativos	20	-	-	-	-	-	-	(177.787)	(177.787)
Aumento de capital		744.262	(87.916)	-	-	-	-	-	656.346
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	143.180	-	143.180
Destinações:									
Reserva legal		-	-	-	7.159	-	(7.159)	-	-
Reserva - outras		-	-	-	-	136.021	(136.021)	-	-
Remuneração do capital próprio		-	21.212	-	-	(150.065)	-	-	(128.853)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		2.084.041	21.212	113.908	49.669	306.763	-	(119.975)	2.455.618
Mutações do exercício:									
		744.262	(66.704)	-	7.159	(14.044)	-	(177.787)	492.886
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023		1.827.695	-	113.908	47.894	423.099	-	(88.842)	2.323.754
Ajuste ao valor de mercado - instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-	(31.133)	(31.133)
Aumento de capital		256.346	-	-	-	-	-	-	256.346
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-	35.505	-	35.505
Destinações:									
Reserva legal		-	-	-	1.775	-	(1.775)	-	-
Reserva - outras		-	-	-	-	33.730	(33.730)	-	-
Remuneração do capital próprio		-	21.212	-	-	(150.066)	-	-	(128.854)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		2.084.041	21.212	113.908	49.669	306.763	-	(119.975)	2.455.618
Mutações do semestre:									
		256.346	21.212	-	1.775	(116.336)	-	(31.133)	131.864

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 E SEGUNDO SEMESTRE DE 2023
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco CNH Industrial Capital S.A. ("Banco") foi constituído em 9 de novembro de 1998 e autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil em 4 de janeiro de 1999. Suas atividades operacionais tiveram início em 5 de abril de 1999. Está constituído sob a forma de banco múltiplo e autorizado a operar com as carteiras de investimento, de crédito, financiamento e de arrendamento mercantil. Está sediado na Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 11.825 na Cidade Industrial de Curitiba.

O Banco faz parte do Grupo CNH Industrial ("Grupo") e tem como missão a promoção de financiamentos que fomentem a venda de máquinas e equipamentos produzidos pelo Grupo, de acordo com sua política de crédito.

Atualmente, as operações do Banco são realizadas através das linhas de financiamento da Agência Especial de Financiamento Industrial (BNDES FINAME), crédito ao consumidor – CDC, operações de arrendamento mercantil, empréstimo de capital de giro, operações de financiamentos em dólar, financiamentos de operações *wholesale* e operações com cartão de crédito.

Desde janeiro de 2014, o Banco CNH Industrial Capital S.A. presta também serviços financeiros à marca Iveco. A partir de 1º de dezembro de 2021, após cisão da Iveco em relação ao Grupo CNH Industrial, os financiamentos de veículos comerciais e geradores aos clientes e rede de concessionárias Iveco e FPT são prestados através de contratos de parceria estabelecidos com a On-Highway Brasil Ltda. e a FPT Industrial Brasil Ltda., com vencimento em 31/12/2024, prorrogável automaticamente por mais 36 meses, exceto se houver notificação entre as partes com antecedência mínima de 12 meses.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, observando as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil – BACEN, Conselho Monetário Nacional (CMN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo BACEN.

Adicionalmente, a partir de agosto de 2020, foram incluídas nas demonstrações financeiras as alterações advindas da Resolução BCB nº 2/20. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards* (IFRS). As principais alterações implementadas foram as contas do Balanço Patrimonial e estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente. As alterações implementadas pelas novas normas não impactaram o Lucro Líquido ou o Patrimônio Líquido. O Balanço Patrimonial de 2022, apresentado para fins de comparações, foi reapresentado uma vez que o Banco optou por não mais segregar os ativos e passivos entre circulante e não circulante, com objetivo de melhorar a interpretação pelo usuário da Demonstração Financeira. Adicionalmente, o Banco reapresentou a demonstração de fluxo de caixa de 2022 uma vez que passou a classificar os títulos de créditos a receber, antes classificados como "outros ativos" como "operações de crédito".

A Diretoria autorizou a divulgação dessas demonstrações financeiras em 26 de março de 2024.



Demonstrações Financeiras - Dezembro 2023

BANCO CNH INDUSTRIAL CAPITAL S.A. | CNPJ: 02.992.446/0001-75 | Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 11.825 - Curitiba - PR - Brasil | Ouvidoria: 0800 702 7041

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 E SEGUNDO SEMESTRE DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém a maioria não foi homologada pelo BACEN. Desta forma, o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

Pronunciamento	Descrição	Homologação BACEN
CPC 00 (R2)	Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	Resolução CMN nº 4.924/21 e BCB nº 120/21
CPC 01 (R1)	Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Resolução CMN nº 4.924/21
CPC 03 (R2)	Demonstração dos Fluxos de Caixa	Resolução CMN nº 4.818/20 e BCB nº 02/20
CPC 05 (R1)	Divulgação sobre Partes Relacionadas	Resolução CMN nº 4.818/20
CPC 10 (R1)	Pagamento Baseado em Ações	Resolução CMN nº 3.989/11
CPC 23	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Resolução CMN nº 4.924/21
CPC 24	Evento Subsequente	Resolução CMN nº 4.818/20
CPC 25	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Resolução CMN nº 3.823/09
CPC 27	Ativo Imobilizado	Resolução CMN nº 4.535/16
CPC 28	Propriedades para Investimentos	Resolução CMN nº 4.967/21 e BCB nº 170/21
CPC 33 (R1)	Benefícios a Empregados	Resolução CMN nº 4.877/20
CPC 41	Resultado por Ação	Resolução CMN nº 4.818/20 e BCB nº 02/20
CPC 46	Mensuração do Valor Justo	Resolução CMN nº 4.924/21
CPC 47	Receita de Contrato com Cliente	Resolução CMN nº 4.924/21 e BCB nº 120/21

Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização destes será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

Em novembro de 2021, foi publicada a Resolução CMN nº 4.966, que trata sobre os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) buscando a convergência do critério contábil do COSIF para os requerimentos da norma internacional do IFRS 9. A Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2025, sendo que o Banco CNH Industrial Capital S.A., iniciou as avaliações de impacto e alterações necessárias para atender a sua implementação.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pelo Banco na elaboração das demonstrações financeiras são:

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas das operações ativas e passivas são apropriadas pelo regime de competência. Os valores sujeitos à variação monetária são atualizados "pro rata" dia.

b) Fluxo de caixa

Para fins das Demonstrações dos Fluxos de Caixa, o Banco utiliza o método indireto segundo qual o lucro líquido ou prejuízo é ajustado pelos seguintes efeitos:

- Das transações que não envolvem caixa;
 - De quaisquer diferimentos ou outras apropriações por competência sobre recebimentos ou pagamentos operacionais passados ou futuros; e
 - De itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.
- Os valores considerados como caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e às aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata e/ou com data de vencimento/resgate original igual ou inferior a 90 (noventa) dias, na data da contratação.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São avaliadas pelo montante aplicado acrescido dos rendimentos incorridos até a data dos balanços. É constituída provisão para ajuste a valor de mercado, quando aplicável.

d) Instrumentos financeiros

Títulos e valores mobiliários
De acordo com a Circular BACEN nº 3.068/01, e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, a critério da Administração, em três categorias a saber: títulos para negociação - avaliados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado; títulos disponíveis para a venda - avaliados ao valor de mercado em contrapartida à conta específica do patrimônio líquido; e títulos mantidos até o vencimento - avaliados pela taxa intrínseca dos títulos em contrapartida ao resultado.

Instrumentos financeiros derivativos
São classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (hedge) ou não, conforme a Circular nº 3.082/02, do BACEN.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("hedge"), podem ser classificados como:

- "hedge" de risco de mercado; e
- "hedge" de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados a valor de mercado, observado o seguinte:

- Para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no exercício; e
- Para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

Os instrumentos financeiros derivativos compostos por operações de swap são avaliados a valor de mercado e o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriados em receita ou despesa "pro rata" até a data do balanço.

Valor justo dos instrumentos financeiros
O valor justo de instrumentos financeiros é calculado mediante o uso de técnicas de avaliação baseadas em premissas, que levam em consideração informações e condições de mercado. As principais premissas são: dados históricos, informações de transações similares e técnicas de precificação. Para instrumentos mais complexos ou sem liquidez, é necessário um julgamento significativo para determinar o modelo utilizado mediante seleção de dados específicos e em alguns casos, são aplicados ajustes de avaliação ao valor do modelo ou preço cotado para instrumentos financeiros que não são negociados ativamente.

Mensuração do valor justo
A determinação do valor justo de um ativo ou passivo financeiro pode prever o uso de três classificações quanto ao tipo de informação utilizada para avaliação, as quais são chamados níveis de hierarquia de valor justo, a saber:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis significativos).

e) Operações de crédito

As operações de crédito são demonstradas a valor presente com base no indexador e na taxa de juros contratuais, calculadas "pro rata temporis" até a data do balanço. As receitas relativas a operações que apresentam atraso superior a 60 dias são reconhecidas no resultado somente quando efetivamente recebidas, independente do seu nível de classificação de risco. Em operações de compra de ativos, os valores pagos na operação são registrados no ativo como títulos de créditos a receber e as receitas são apropriadas ao resultado do período, pelo prazo remanescente da operação.

f) Provisão para perdas em operações de crédito

A provisão para perdas em operações de crédito, avais e fianças e de arrendamento mercantil foi constituída, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/99, sendo considerada suficiente pela Administração para a cobertura de riscos com eventuais perdas.

g) Bens não de uso próprio

Está representado por bens não de uso próprio do Banco, recebidos em dação de pagamento, registrados inicialmente pelo custo e ajustados por provisão para perda no valor recuperável, quando necessário.

h) Arrendamento mercantil

As depreciações sobre os bens arrendados são registradas, mensalmente, de forma linear com base nos respectivos prazos usuais de vida útil, reduzidos em 30%, exceto para os contratos com pessoas físicas, que são depreciados de acordo com os prazos normais e com a legislação fiscal vigente.

Os valores residuais garantidos, que representam as opções de compra a vencer, bem como suas respectivas atualizações, são registrados na rubrica "Valores residuais a realizar", tendo como contrapartida a conta de "Valores residuais a balancear", no grupo de operações de arrendamento mercantil.

Conforme diretrizes estabelecidas pelo BACEN, o Banco ajusta suas demonstrações financeiras pela diferença apurada entre o valor contábil de arrendamentos a receber, imobilizado de arrendamento e o valor presente da sua carteira de arrendamento mercantil, às respectivas taxas internas de retorno de cada contrato, como superveniência ou insuficiência de depreciação, no imobilizado de arrendamento. Os ajustes são registrados, quando positivos, a crédito de receitas de operações de arrendamento mercantil e, quando negativos, a débito de despesas de operações de arrendamento mercantil, em contrapartida ao imobilizado de arrendamento.

De acordo com a Resolução BCB nº 02/20, artigo 2º, §3º, as operações de arrendamento mercantil passam a ser apresentadas pelos saldos de valor presente dos montantes totais a receber previstos em contrato e pela provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. No cálculo do valor presente é utilizada taxa equivalente aos encargos financeiros previstos no contrato ou, quando não há previsão contratual, a taxa que equaliza o valor do bem arrendado, na data da contratação, ao valor presente de todos os recebimentos e pagamentos previstos ao longo do prazo contratual, incluindo o valor residual garantido.

i) Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto de bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade e registrado pelo custo de aquisição. Está composto por direito de uso de linha de negócios adquiridos junto a terceiros, com amortização linear e de acordo com o prazo previsto em contrato de cinco anos.

j) Redução do valor recuperável dos ativos não financeiros ("impairment")

É reconhecida como perda, quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa, registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxo de caixa, substanciais, independentemente de outros ativos ou grupos de ativos.

As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros, exceto aqueles registrados nas rubricas de "Outros valores e bens" e de "Outros créditos - créditos tributários" são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização desses ativos.

k) Passivo circulante e passivo não circulante

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias incorridos "pro rata temporis".

l) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são demonstradas a valor presente com base no indexador e na taxa de juros contratuais, calculadas "pro rata temporis" até a data do balanço.

As obrigações são registradas em contas específicas do passivo e atualizadas de acordo com as taxas pactuadas e ajustadas pelo efeito de variação cambial, quando denominado em moeda estrangeira. Todas as remunerações referentes a essas operações tais como juros e variação cambial (diferença entre a moeda funcional e a moeda em que a operação foi denominada) são contabilizadas como despesas do período, obedecendo ao regime de competência.

m) Contingências

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09, do CMN que aprovou o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios:

- Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perdas remotas não são passíveis de provisão ou divulgação; e
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se a demandas administrativas ou judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, independentemente à classificação do risco, e atualizadas de acordo com a legislação vigente.
- Provisões para imposto de renda e contribuição social**
A provisão para imposto de renda foi constituída à razão de 15% sobre o lucro real, acrescido de adicional de 10% sobre a parte desse lucro que excedeu a R\$ 240 no exercício (R\$ 120 no semestre). A contribuição social calculada sobre o lucro líquido antes do imposto de renda, à alíquota de 20%.
O Banco registra imposto de renda e a contribuição social sobre as diferenças temporárias, os quais serão realizados quando da utilização ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas, e estão apresentados nas rubricas "Impostos Fiscais Diferidos" no ativo e "Obrigações Fiscais" no Passivo, e refletidos no resultado do exercício e/ou outros resultados abrangentes. Os créditos tributários são baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises da Administração.

o) Uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como (i) o valor de mercado de determinados ativos e passivos financeiros, incluindo instrumentos derivativos; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (iii) as taxas de amortizações de ativos intangíveis; (iv) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes; (v) tributos diferidos e; (vi) créditos de liquidação duvidosa das operações de crédito e arrendamento mercantil. Os valores de eventual liquidação desses ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

p) Lucro líquido por lote de mil ações

O lucro líquido (prejuízo) por ação básico é calculado por meio da divisão do resultado do exercício atribuído aos detentores de ações do Banco pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício/semestre, excluídas as ações em tesouraria, se houver.

O lucro líquido (prejuízo) por ação diluído é calculado por meio da divisão do resultado ajustado, atribuído aos detentores de ações do Banco pela: (a) quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício/semestre; e (b) mais a quantidade de ações que seriam emitidas no pressuposto do exercício das opções de compra de ações.

q) Resultados recorrentes / não recorrentes

A Resolução BCB nº 2/20, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não corrente do exercício aquele que:

- Não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da Instituição; e
- Não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

4. DISPONIBILIDADES E APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA)

	31/12/2023	31/12/2022
Disponibilidades	56	394
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5)	1.067.421	892.685
Total	1.067.477	893.079

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	31/12/2023	31/12/2022
Total circulante	213.384	191.367
Aplicações em depósitos interfinanceiros	213.384	191.367
Operações compromissadas	854.037	701.318
Total	1.067.421	892.685

As aplicações interfinanceiras e compromissadas estão remuneradas à taxa média de 100,89% do CDI, em dezembro de 2023 (101,20% em dezembro de 2022) com liquidez diária e vencimento em até 3 meses. Em 31 de dezembro de 2023, o Banco apurou uma receita com aplicações interfinanceiras de liquidez, no montante de R\$ 140.457 (R\$ 81.477 em 2022).

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO, TÍTULOS DE CRÉDITOS A RECEBER E DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

a) A carteira de operações de crédito está composta da seguinte forma:

	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante		
Repasses no país - BNDES FINAME	2.044.684	1.826.722
Repasso no exterior	105.972	72.690
Empréstimos e financiamentos	4.943.042	3.413.640
Títulos de créditos a receber *	5.404.583	4.900.137
Arrendamento mercantil	37.701	32.530
Subtotal	12.535.982	10.245.719
Ativo não circulante		
Repasses no país - BNDES FINAME	5.047.456	4.520.039
Repasso no exterior	329.088	245.267
Empréstimos e financiamentos	7.684.844	4.614.088
Títulos de crédito a receber	24	738
Arrendamento mercantil	55.422	59.314
Subtotal	13.116.834	9.439.446
Total	25.652.816	19.685.165
Ativo circulante		
Provisão para perdas em operações de crédito	(537.441)	(280.931)
Provisão para arrendamento mercantil	(2.593)	(395)
Subtotal	(540.034)	(281.326)
Ativo não circulante		
Provisão para perdas em operações de crédito	(584.515)	(318.743)
Provisão para arrendamento mercantil	(3.131)	(761)
Subtotal	(587.646)	(319.504)
Total	(1.127.680)	(600.830)
Total geral	24.525.136	19.084.335



Demonstrações Financeiras - Dezembro 2023

BANCO CNH INDUSTRIAL CAPITAL S.A. | CNPJ: 02.992.446/0001-75 | Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 11.825 - Curitiba - PR - Brasil | Ouvidoria: 0800 702 7041

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 E SEGUNDO SEMESTRE DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Receita (despesa) de operações de crédito e de arrendamento mercantil	31/12/2023	31/12/2022
Operações de crédito	3.076.687	1.486.402
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	-	551.927
Receita de operações de arrendamento mercantil	97.541	56.684
Despesa de operação de arrendamento mercantil	(82.010)	(47.758)
Provisão para perdas com créditos e arrendamento mercantil	(703.128)	(143.255)
Total	2.389.090	1.904.000

* O saldo de Títulos de créditos a receber com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2023 totalizam R\$ 56.249 (Nota 17).

b) A composição da carteira de operações de crédito, de arrendamento mercantil, devedores por compra de valores e bens e avais e fianças honradas, por tipo de cliente e atividade econômica é como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Setor privado		
Rural	13.036.508	8.439.242
Indústria	581.204	478.934
Comércio	5.159.205	4.778.223
Serviços	6.872.362	5.985.393
Pessoa física	3.537	3.373
Total da carteira	25.652.816	19.685.165

c) Apresentação da carteira de operações de crédito, arrendamento mercantil, devedores por compra de outros valores e bens e avais e fianças honradas, de acordo com os níveis de risco

Nível de risco	31/12/2023				31/12/2022			
	Em curso normal	Vencidos	Total	Total	Em curso normal	Vencidos	Total	Total
AA	2.847.660	-	-	2.847.660	-	-	-	2.358.542
A	10.934.363	54.672	-	10.934.363	54.672	9.611.441	48.057	10.989.180
B	5.244.059	52.441	81.896	5.325.955	53.260	3.138.603	31.386	8.463.819
C	3.559.950	106.799	173.390	3.733.340	112.001	2.857.732	85.732	6.571.872
D	1.408.604	140.860	233.940	1.642.544	164.254	1.063.346	106.334	2.806.144
E	316.788	95.036	120.056	436.844	131.053	379.887	113.966	816.731
F	75.552	37.776	71.871	35.935	147.423	73.711	78.248	39.123
G	57.697	40.388	95.496	66.847	153.193	107.235	70.449	49.315
H	92.104	92.104	339.390	431.494	431.494	126.917	126.917	126.917
Total	24.536.777	620.076	1.116.039	25.652.816	1.127.680	19.685.165	600.830	19.685.165

d) Movimentação da provisão para perdas com crédito
A movimentação da provisão para perdas com créditos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a qual inclui, além das operações de crédito, as operações de arrendamento mercantil, é como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e avais e fianças prestadas		
Saldo no início do semestre	600.830	557.398
Complemento reversão da provisão para perdas com créditos	703.128	143.255
Parcela baixada (compensação como prejuízo)	(176.278)	(99.823)
Saldo final	1.127.680	600.830

Os créditos recuperados no exercício somam R\$ 72.478 (R\$ 46.938 em 2022) e os créditos renegociados somaram R\$ 194.862 (R\$ 76.808 em 2022).

e) Concentração de risco de crédito

	31/12/2023	%	31/12/2022	%
Maiores devedores				
10 maiores devedores	1.727.034	7%	1.753.739	9%
20 seguintes maiores devedores	2.064.261	8%	2.003.512	10%
50 seguintes maiores devedores	2.667.671	10%	2.062.862	10%
100 seguintes maiores devedores	2.230.460	9%	1.713.583	9%
200 seguintes maiores devedores	2.063.077	8%	1.544.972	8%
500 seguintes maiores devedores	2.546.923	10%	1.832.067	9%
Acima dos 500 maiores devedores	12.353.390	48%	8.774.430	45%
Total	25.652.816	100%	19.685.165	100%

7. OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS E OBRIGAÇÕES FISCAIS

a) Outros ativos e passivos financeiros

	31/12/2023	31/12/2022
Outros ativos financeiros – circulante		
Valores a receber de sociedades ligadas (Nota 17)	33.349	15.096
Imposto a compensar	2.630	-
Participações pagas antecipadamente	2.295	2.110
Outros (I)	76.952	46.970
Total	115.226	64.176
Outros ativos financeiros – não circulante		
Devedores de depósito em garantia	5.105	11.504
Imposto a compensar	3	447
Outros investimentos	1.060	952
Total	6.168	12.903
Total geral	121.394	77.079
Outros passivos financeiros – circulante		
Valores a pagar sociedades ligadas (Nota 17)	22.495	9.428
Sociais e estatutárias	11.974	11.892
Provisão para pagamentos a efetuar	9.435	8.918
Despesas de pessoal	5.081	5.153
Cobrança e arrecadação de tributos e semelhantes	1.261	2.441
Outros passivos (II) – sociedades ligadas (Nota 17)	97.642	47.123
Outros passivos (II) – terceiros	127.500	51.185
Total	275.388	136.140
Outros passivos financeiros – não circulante		
Valores a pagar – sociedades ligadas (Nota 17)	50.953	1.355
Outros passivos (II) – sociedades ligadas (Nota 17)	262.576	67.783
Outros passivos (II) – terceiros	242.563	59.631
Total	556.092	128.769
Total geral	831.480	264.909

- I. Valor a receber referente à venda de bens não de uso registrado em outros devedores diversos no montante de R\$ 10.245 (R\$ 17.437 em 2022), valores em trânsito de boletos pagos no montante de R\$ 18.576 (R\$ 10.759 em 2022), valores a receber de terceiros referentes a subsídios de taxas de juros de operações de crédito no montante de R\$ 46.566 (R\$ 18.102 em 2022) e outros no montante de R\$ 1.565 (R\$ 0,7 em 2022).
- II. Valor referente substancialmente às receitas de juros recebidas antecipadamente, oriundas substancialmente das partes relacionadas CNH Industrial Brasil Ltda. e On-Highway Brasil Ltda. e suas redes de concessionárias como subsídio de taxa de juros de operações de crédito, as quais são apropriadas para o resultado, conforme os prazos correspondentes dos respectivos contratos de operação de crédito.

b) Obrigações fiscais e diferidas

	31/12/2023	31/12/2022
Obrigações fiscais – circulante		
Impostos e contribuições a recolher	114.762	205.391
Obrigações fiscais diferidas	3.614	1.578
Total	118.376	206.969
Obrigações fiscais – não circulante		
Obrigações fiscais diferidas	18.383	77.856
Total	18.383	77.856
Total geral	136.759	284.825

	31/12/2023	31/12/2022
c) Outros ativos		
Ativo circulante		
Despesas antecipadas (I)	14.465	8.372
Total	14.465	8.372
Ativo não circulante		
Despesas antecipadas (I)	57.153	42.547
Ativos não financeiros mantidos para venda (II)	18.296	14.450
Provisão para desvalorizações	(10.046)	(6.278)
Total	65.403	50.719
Total geral	79.868	59.091

- I. Refere-se substancialmente à comissão de negociação de títulos e taxa de exclusividade, que são amortizados de acordo com os respectivos vencimentos.
- II. Refere-se a bens não de uso aguardando venda.

d) Dívidas subordinadas elegível ao capital

	31/12/2023	31/12/2022
Passivo não circulante		
Dívidas subordinadas elegível ao capital (I)	699.394	307.420
Total	699.394	307.420
Despesas		
Despesas de dívidas subordinadas	91.974	7.420
Total	91.974	7.420

- I. Refere-se a empréstimos caracterizados como "Dívida Subordinada", conforme Resolução CMN nº 4.955/21, com a parte relacionada CNH Industrial Brasil Ltda. realizados no 2º semestre de 2022 no montante de R\$ 300.000, com vencimento em 2032, e realizado em 28 de fevereiro de 2023 no montante de R\$ 300.000, com vencimento em 2033. A taxa aplicada a esses empréstimos é de 125% do DI.

e) Instrumentos financeiros derivativos

	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante até 3 meses	Circulante após 3 meses	Não circulante	Total	Total	Total
Ativos financeiros						
Instrumentos financeiros derivativos	29.710	49.323	15.460	94.493	201.161	201.161
Total	29.710	49.323	15.460	94.493	201.161	201.161
Passivos financeiros						
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	194.701	194.701	20.892	20.892
Total	-	-	194.701	194.701	20.892	20.892

8. INTANGÍVEL

a) Movimentação do intangível

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	17.393	9.336
Adição / (baixa) do período	7.221	8.057
Saldo final	24.614	17.393

b) Movimentação da amortização

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	(6.952)	(2.182)
Amortização (líquida de reversão) do período	(3.001)	(4.770)
Saldo final	(9.953)	(6.952)

9. DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS E A PRAZO

	31/12/2023					31/12/2022	
	Passivo circulante		Passivo não circulante			Total	Total
	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	Total
CDI	1.169.279	687.192	124.769	-	-	1.981.240	3.117.480
CDB*	948.478	324.951	1.094.175	909.824	-	3.277.428	2.439.087
Total	2.117.757	1.012.143	1.218.944	909.824	-	5.258.668	5.556.567

A taxa média verificada para as operações de depósitos interfinanceiros e a prazo no exercício foi de 106,02% do CDI (104,46% em 2022). Em 31 de dezembro de 2023, o Banco apurou uma despesa com depósitos a prazo no montante de R\$ 698.503 (R\$ 577.624 em 2022).

* O saldo das operações de CDB com partes relacionadas, em 31 de dezembro de 2023, totalizam R\$ 26.189 (R\$ 21.921 em 2022) (Nota 17).

10. OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO DE LETRAS

	31/12/2023					31/12/2022	
	Passivo circulante		Passivo não circulante			Total	Total
	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	Total
LCA	436.777	3.085.557	1.385.321	312.500	106.120	5.326.275	2.183.103
LF	-	1.149.978	2.761.586	288.872	-	4.200.436	3.408.991
Total	436.777	4.235.535	4.146.907	601.372	106.120	9.526.711	5.592.094

A taxa média verificada para as operações de recursos de aceites e emissão de títulos foi de 104,31% do CDI (100,92% em 2022).

Em 31 de dezembro de 2023, o Banco apurou uma despesa com operações de recursos de aceites e emissão de títulos no montante de R\$ 1.022.856 (R\$ 448.247 em 2022).

11. OBRIGAÇÕES POR REPASSES

	31/12/2023					31/12/2022	
	Passivo circulante		Passivo não circulante			Total	Total
	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	Total
Obrigações por repasses – instituições oficiais (a)	153.841	1.831.612	2.712.465	1.638.879	719.171	7.055.968	6.324.261
Obrigações por repasses – exterior (b)	-	111.247	193.447	131.428	5.792	441.914	328.718
Total	153.841	1.942.859	2.905.912	1.770.307	724.963	7.497.882	6.652.979

	31/12/2023	31/12/2022
Despesa com empréstimo e repasse – instituições oficiais (I)	(516.190)	(403.668)
Despesas com empréstimo e repasse – exterior (II)	(25.876)	(10.054)
Variação cambial	27.031	-
Total	(515.035)	(413.722)

- I. Referem-se a repasses de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (modalidade BNDES FINAME), com vencimentos até 2032 e com encargos à taxa prefixada entre 0,95% e 14,75% ao ano ou pela variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), SELIC, Taxa Fixa BNDES (TFB) ou Taxa Fixa BNDES em Dólar (TFBD) e Taxa de Longo Prazo (TLP), acrescida de juros entre 0,95% e 8,1% ao ano.
- II. Referem-se a Captações de recursos no exterior em dólar com a CNH Industrial LLC, Banco Itaú S.A. e Banco Santander com taxa média de 6,37%.



Demonstrações Financeiras - Dezembro 2023

BANCO CNH INDUSTRIAL CAPITAL S.A. | CNPJ: 02.992.446/0001-75 | Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, n° 11.825 - Curitiba - PR - Brasil | Ouvidoria: 0800 702 7041

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 E SEGUNDO SEMESTRE DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
a) Demonstração do resultado de IRPJ e CSLL

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social e após as participações	141.150	503.085
Encargos (imposto de renda e contribuição social) às alíquotas nominais de 25% e 20%, respectivamente	(63.517)	(227.831)
Efeito das exclusões (adições) permanentes:	65.547	49.615
Efeito de outras adições / exclusões do exercício	(734)	(4.031)
Destinação para incentivos fiscais	-	5.990
Efeito dos juros sobre capital próprio	67.530	47.578
Outros ajustes	(1.249)	78
Imposto de renda e contribuição social	2.030	(178.216)

b) Composição dos créditos tributários de IRPJ e CSLL diferidos

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Provisão para perdas com créditos (I)	585.958	319.079
Provisão para perdas com Cédula de Crédito Rural (CPR)	1.048	1.048
Provisão para contingências e outros passivos	10.145	9.572
Provisão para desvalorização de bens não de uso	7.242	2.825
COFINS Lei nº 9.718/98	531	484
Instrumentos financeiros derivativos e outros	115.336	5.174
Total do crédito tributário	720.260	338.182
Imposto de renda diferido passivo sobre superveniência de depreciação e instrumentos financeiros derivativos	(21.997)	(79.434)
Subtotal	(21.997)	(79.434)
Créditos tributários - líquidos	698.263	258.748

(I) O crédito tributário de imposto de renda e contribuição social sobre a provisão para créditos e liquidação duvidosa de contratos de operações de crédito e de arrendamento mercantil totalizam R\$ 585.958, sendo R\$ 78.502 referente a créditos baixados para prejuízo que ainda não atendem aos critérios de dedutibilidade estabelecidos pela Lei nº 9.430/96 (R\$ 270.374 e R\$ 49.753 respectivamente ao ano anterior).

c) Expectativa de realização dos créditos tributários

Considerando as expectativas de resultados futuros, determinados com base em premissas que incorporam, entre outros fatores, a manutenção do nível de operações e o atual cenário econômico, a Administração considera que os créditos tributários registrados em 31 de dezembro de 2023, atendem aos requerimentos dados pela Resolução CMN nº 4.842/20 e serão realizados nos seguintes prazos:

Ano	31/12/2023	31/12/2022
2023	-	87.932
2024	119.597	71.726
2025	112.603	58.080
2026	180.151	58.078
2027	162.274	62.366
2028	97.566	-
2029	27.720	-
2030	14.642	-
2031	5.449	-
2032	258	-
Total	720.260	338.182

O valor presente dos créditos tributários sobre as diferenças temporárias, considerando a taxa média de captação, líquido dos efeitos tributários, é de R\$ 509.615 (R\$ 239.636 em dezembro de 2022).

13. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado está representado por 2.105.252.737 ações ordinárias nominativas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, sendo 2.091.118.071 ações pertencentes à New Holland Limited com sede no Reino Unido, e 14.134.666 ações da CNH Industrial Brasil Ltda. A distribuição de dividendos está sujeita à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas, a qual poderá deliberar sobre a retenção total ou parcial dos lucros. O Banco realizou aumento do capital social, no montante de R\$ 87.916 (emissão de 87.915.470 ações ordinárias nominativas de R\$ 1,00 cada uma), conforme descrito na Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de dezembro de 2022. Homologado pelo BACEN em 26 de janeiro de 2023. O Banco realizou aumento do capital social, no montante de R\$ 400.000 (emissão de 400.000.000 de ações ordinárias nominativas de R\$ 1,00 cada uma), conforme descrito na Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de maio de 2023. Homologado pelo BACEN em 23 de junho de 2023. O Banco realizou aumento do capital social, no montante de R\$ 256.345 (emissão de 256.345.485 de ações ordinárias nominativas de R\$ 1,00 cada uma), conforme descrito nas Atas da Assembleia Geral Extraordinária realizadas em 1º e 27 de novembro de 2023. Homologado pelo BACEN em 21 e 22 de dezembro de 2023. O Banco realizou aumento do capital social, no montante de R\$ 21.212 (emissão de 21.212.297 ações ordinárias nominativas de R\$ 1,00 cada uma), conforme descrito na Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de dezembro de 2023, o qual se encontra em processo de homologação pelo BACEN.

b) Reserva de capital

A reserva de capital é decorrente, substancialmente, de ágio na subscrição de ações, podendo ser utilizada para futuros aumentos de capital social.

c) Reserva de lucros

As outras reservas de lucros referem-se ao lucro remanescente após a constituição da reserva legal e a remuneração do capital aos seus acionistas, permanecendo nesta condição até que o Conselho de Administração delibere por sua destinação definitiva, em conformidade com as disposições estatutárias. Em 31 de dezembro de 2023, foi constituída reserva de lucros no montante de R\$ 143.180 com utilização do lucro líquido do exercício. Sendo que desse montante, houve constituição de reserva legal de 5% sobre o lucro (R\$ 7.159).

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social. Para a remuneração do capital aos seus acionistas, o Banco adota como prática distribuir dividendos ou pagar juros sobre capital próprio condizente com o resultado apurado no exercício. Em 1º de novembro de 2023, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o pagamento aos acionistas de juros sobre o capital próprio no montante bruto de R\$ 125.112 (R\$ 106.345 líquido do imposto de renda na fonte). Em 21 de dezembro de 2023, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o pagamento aos acionistas de juros sobre o capital próprio no montante bruto de R\$ 24.956 (R\$ 21.212 líquido do imposto de renda na fonte). Lucro Básico e Diluído por ação:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Número de ações	2.105.253.737	1.427.694.955
Lucro básico e diluído por ações (em R\$)	0,08	0,23
Lucro básico e diluído por lote de mil ações (em R\$ mil)	82,34	227,55

14. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º semestre de 2023	Exercício 2023	Exercício 2022
Despesas de serviços técnicos especializados (I)	(16.482)	(30.077)	(21.637)
Despesas de serviços de terceiros (II)	(10.434)	(17.528)	(12.724)
Despesas de processamento de dados	(4.009)	(6.735)	(6.983)
Despesas de emolumentos judiciais e cartoriais	(8.578)	(14.000)	(7.714)
Despesas de viagens e transportes	(2.317)	(3.607)	(2.706)
Despesas de promoções e publicidade (III)	(28.181)	(55.433)	(23.028)
Despesa de serviço do sistema financeiro	(5.256)	(11.123)	(8.678)
Despesas de amortização e depreciação	(1.627)	(3.602)	(3.077)
Despesas de comunicações	(102)	(209)	(270)
Despesas de manutenção e conservação de bens	(2.987)	(5.795)	(4.035)
Despesas com incentivos fiscais	-	(18)	(5.562)
Despesas de seguros	(1.458)	(2.574)	(3.733)
Despesas de aluguel	(952)	(1.757)	(1.463)
Outras despesas administrativas	(401)	(947)	(1.646)
Total	(82.784)	(153.405)	(103.256)

I. Referem-se substancialmente a serviços de assessores jurídicos, no montante de R\$ 19.245 (R\$ 15.001 em 2022), serviços de análise de crédito R\$ 8.577 (R\$ 4.597 em 2022) e outros serviços técnicos especializados R\$ 2.255 (R\$ 2.039 em 2022).
 II. Referem-se substancialmente a serviços de cobrança, no montante de R\$ 8.888 (R\$ 7.021 em 2022) e serviços de remarketing R\$ 8.640 (R\$ 5.703 em 2022).
 III. Referem-se substancialmente a despesas de bônus e comissões comerciais e publicidade, no montante de R\$ 51.305 (R\$ 23.229 em 2022).

15. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2023	Exercício 2023	Exercício 2022
Outras rendas operacionais (I)	11.214	20.442	16.988
Recuperação de encargos e despesas	1.251	1.251	12.827
Total	12.465	21.693	29.815

I. Referem-se substancialmente à recuperação de custas com assessoria de cobrança.

16. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2023	Exercício 2023	Exercício 2022
Despesas com provisão para contingências	-	-	(4.865)
Despesas de vitórias de bens financiados	-	-	(276)
Despesas com variação cambial	-	-	(6.901)
Provisão desvalorização de outros ativos financeiros	(6.047)	(6.047)	-
Outras despesas operacionais (I)	(81)	(199)	(2.226)
Total	(6.128)	(6.246)	(14.268)

I. Referem-se substancialmente a despesas de vitórias de bens financiados.

17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas foram efetuadas em condições pactuadas entre as partes (prazos de vencimento e taxas de remuneração), e os saldos são assim resumidos:

	2023			2022	
	Receita (despesa)	Receita (despesa)	Ativo (passivo)	Receita (despesa)	Ativo (passivo)
Instrumentos financeiros					
CNH Industrial Brasil Ltda. (I)	(50.447)	(99.362)	(699.394)	(20.809)	(307.420)
CNH Industrial Capital Corretora de Seguros Ltda.	(1.226)	(2.799)	(26.189)	(3.251)	(21.921)
On-HIGHWAY Brasil Ltda.	-	-	-	(8.459)	-
CNH Industrial Capital LLC	(82.246)	(126.936)	(232.331)	(10.783)	(213.806)
Títulos de créditos a receber	1.382	1.740	56.249	-	-
CNH Industrial Brasil Ltda.	1.382	1.740	56.249	-	-
Outros ativos financeiros (II)	1.191	2.235	33.349	2.089	15.096
CNH Industrial Brasil Ltda.	44	44	26.605	-	9.961
On-HIGHWAY Brasil Ltda.	1.147	2.191	6.744	2.089	5.135
Outros passivos financeiros	48.740	81.547	(433.665)	(106.601)	(125.884)
CNH Industrial Brasil Ltda. (III)	44.490	74.728	(365.569)	(107.442)	(92.197)
On-HIGHWAY Brasil Ltda. (III)	9.775	17.332	(68.096)	9.280	(33.687)
CNH Industrial Capital Corretora de Seguros Ltda.	(4.655)	(8.678)	-	(7.009)	-
FCA Rental Locadora de Automóveis Ltda.	(777)	(1.552)	-	(1.061)	-
FCA Chrysler Participações Brasil Ltda.	(93)	(205)	-	(369)	-
FIAT Chrysler Rimaco Brasil Corretagens de Seguros Ltda.	-	(78)	-	-	-

(I) Referem-se substancialmente às captações com Dívidas Subordinadas, conforme mencionado na Nota 7d.
 (II) Referem-se às receitas de juros a receber e serviços prestados.
 (III) Referem-se substancialmente às receitas de juros recebidas antecipadamente e apropriadas para o resultado de acordo com os prazos dos respectivos contratos, conforme mencionado na Nota 7a.

18. REMUNERAÇÃO DO PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

Os benefícios de curto prazo são compostos pela remuneração fixa para cada exercício bem como pela remuneração variável, provisionada e paga em cada exercício, e totalizaram R\$ 5.911 (R\$ 4.972 em 2022). O Banco não proporciona benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração. Adicionalmente, não foram concedidos financiamentos, empréstimos ou adiantamentos a Diretores, respectivos cônjuges e parentes até 2º grau.

19. CONTINGÊNCIAS

O Banco questiona judicialmente certas contingências fiscais, cíveis e trabalhistas. Com base no atual estágio dos referidos processos, na avaliação da Administração e na opinião de seus assessores jurídicos, foram registradas as provisões em montantes considerados suficientes pela Administração. As ações são controladas individualmente e as provisões encontram-se registradas na rubrica de "Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas".

Provisões para contingências fiscais

O Banco CNH Industrial Capital S.A. vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados e referem-se substancialmente:

Provisão de R\$ 1.180 decorrentes de recebimento referente à restituição da COFINS (Lei nº 9.718/98, artigo 3º). A avaliação dos assessores legais do Banco resultou em uma provável perda, tendo o STF em sessão virtual finalizada em 12/06/23, no julgamento do RE 609096, com repercussão geral reconhecida (Tema 372), decidido que as receitas brutas operacionais decorrentes da atividade empresarial típica das instituições financeiras integram a base de cálculo da COFINS.

Provisão de R\$ 683 decorrente de Auto de Infração lavrado pelo Município de Cascavel/PR pelo não recolhimento do ISS, incidente sobre a prestação de serviços de arrendamento mercantil no período de janeiro de 2005 a abril de 2010. A avaliação dos assessores legais do Banco resultou em uma provável perda, ante o contexto fático dos autos e fase processual.

Provisões para contingências trabalhistas

São ações movidas por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas.

Provisões para contingências cíveis

São ações judiciais movidas de caráter indenizatório e revisionais de crédito. As ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano moral, referentes a protesto e inserção de informação sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito.

Movimentação das provisões

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo final em 31/12/2022	1.984	8.033	12.330	22.347
Constituição / Reversão	(153)	482	5.513	5.842
Atualização monetária	104	-	-	104
Baixas por pagamento	-	(2.049)	(1.764)	(3.813)
Saldo final em 31/12/2023	1.935	6.466	16.079	24.480

Em 31/12/2023, o Banco não possui processos cíveis, fiscais e trabalhistas com probabilidade de perdas possíveis.

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Os principais riscos relacionados aos negócios são risco de crédito, de mercado, de liquidez e risco operacional, abaixo definidos:

- **Risco de crédito:** possibilidade de ocorrência de perdas para o Banco, associadas ao não cumprimento pela contraparte de empréstimo ou operação financeira, de suas obrigações nos termos pactuados.
- **Risco de mercado:** relacionado às flutuações de preços e taxas, ou seja, às oscilações de mercados de taxas de juros dentro do país, que geram reflexos nos preços dos ativos e passivos negociados nos mercados.
- **Risco de liquidez:** relacionado ao descasamento de fluxos financeiros de ativos e passivos, com reflexos sobre a capacidade financeira do Banco, em obter recursos para honrar seus compromissos.

Visando à eliminação de parte do risco de oscilações de taxas de juros ocasionadas, em virtude de um cenário macroeconômico instável, evitando assumir posições expostas a flutuações nas taxas de captação pós-fixadas e operando com aplicações (operações de crédito) com taxas prefixadas, o Banco realizou operações de swaps que permitem o controle e/ou manutenção dos *spreads* esperados nas referidas operações.

Os contratos de swaps, firmados com outras instituições financeiras, estão registrados na B3 S.A.

a) Instrumentos financeiros derivativos (swap)

	31/12/2023			
	Valor referencial (contas de compensação)	Valor líquido a receber (a pagar)	Valor de mercado	Ajuste ao valor de mercado
Contratos de swaps	-	-	-	-
Ativos DI x Passivos Pré (*)	8.218.651	128.566	(100.208)	(228.774)
Total	8.218.651	128.566	(100.208)	(228.774)
	31/12/2022			
	Valor referencial (contas de compensação)	Valor líquido a receber (a pagar)	Valor de mercado	Ajuste ao valor de mercado
Contratos de swaps	-	-	-	-
Ativos DI x Passivos Pré (*)	4.153.651	75.158	180.270	105.112
Total	4.153.651	75.158	180.270	105.112

(*) Instrumento financeiro classificado como *hedge* de fluxo de caixa, tendo a variação da marcação de mercado contabilizada diretamente no patrimônio líquido.



Demonstrações Financeiras - Dezembro 2023

BANCO CNH INDUSTRIAL CAPITAL S.A. | CNPJ: 02.992.446/0001-75 | Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 11.825 - Curitiba - PR - Brasil | Ouvidoria: 0800 702 7041

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 E SEGUNDO SEMESTRE DE 2023
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

O valor líquido estimado dos ganhos e das perdas registrados na conta da "Reserva do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos" no patrimônio líquido, bem como o reflexo financeiro das principais transações e compromissos futuros objeto de hedge possuem as seguintes faixas de vencimento:

	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Reserva do valor justo dos instrumentos financeiros:				
31/12/2023.....	79.034	(154.577)	(24.665)	(100.208)
31/12/2022.....	62.796	127.707	(10.233)	180.270

O Banco tem como política a utilização de instrumentos financeiros derivativos, única e exclusivamente, com o intuito de hedge. O Banco, seguindo as práticas de mercado, capta recursos a taxas pré e pós-fixadas e as aplica, em parte, a taxas prefixadas. Com o objetivo de mitigar as variações nos fluxos de caixa futuro associados ao passivo pós-fixado devido às mudanças nas taxas de juros, o Banco contratou operações de "swap" de taxas de juros em que é pago o valor notional corrigido por uma taxa de juros fixa e recebe o valor notional corrigido por uma taxa de juros variável mitigando, assim, risco de taxa de juros do item objeto de hedge.

Dessa forma, os instrumentos financeiros derivativos relativos às operações de "swap" visam realizar o "matching" da carteira, imunizando o caixa e o resultado econômico contra variações inesperadas no custo das captações pós-fixadas.

A efetividade do item objeto de hedge em relação ao instrumento financeiro derivativo é testada prospectivamente e retrospectivamente, sendo que a parcela não efetiva, quando aplicável é apropriada diretamente ao resultado.

Os controles de risco e exposição utilizam como instrumento de análise de "duration gap" e "interest rate" (mensurado através das metodologias Δ VEE - Delta Economic Value of Equity e Δ NII - Delta Net Interest Income). Quando o gap ultrapassa os limites definidos na Política de Gestão de Risco de Taxas de Juros adotada pelas empresas do Grupo CNH Industrial, novas operações de derivativos são contratadas e/ou revertidas. O acompanhamento sobre os indexadores e seus volumes é realizado diariamente, visando enquadramento na política de risco de mercado adotada pelo Banco.

Os instrumentos derivativos financeiros são marcados a mercado diariamente e por ocasião do fechamento dos balançetes mensais, sempre com observância à sua efetividade. O ajuste do valor justo destes instrumentos é registrado contra o patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários, em razão de sua classificação como hedge de fluxo de caixa.

b) Movimentações da reserva do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e dos títulos e valores mobiliários
 A seguir são apresentados os saldos de reserva do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e dos títulos e valores mobiliários constituídos no patrimônio líquido:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo da reserva do valor justo no final do exercício.....	(228.774)	105.112
Efeitos de impostos diferidos.....	108.799	(47.300)
Ajuste de avaliação patrimonial.....	(119.975)	57.812

As perdas lançadas no resultado decorrem da liquidação das operações de instrumentos financeiros, e não pela ausência de efetividade do instrumento de hedge no intervalo estabelecido na política de proteção do Banco.

Resumo das operações de swap em aberto na data de 31 de dezembro de 2023

Descrição	Valor	
	referencial	Valor justo
Posição ativa - hedge de fluxo de caixa		
Taxa 100,00% CDI.....	7.885.000	8.909.782
Taxa 100,00% IPCA Acumulada.....	333.651	418.257
Total	8.218.651	9.328.039
Posição passiva - hedge de fluxo de caixa		
Taxa pré.....	8.218.651	9.428.247
Total	8.218.651	9.428.247
Diferencial - hedge de fluxo de caixa.....		(100.208)
Valor de mercado		(100.208)

c) Instrumentos e objetos de hedge

Especificações	31/12/2023		31/12/2023		Ajuste a valor de mercado
	Valor da curva		Valor de mercado		
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	
Instrumento de hedge					
Swap - DI / IPCA-PRE.....	9.302.255	9.173.689	9.328.039	9.428.247	(100.208)

* O teste de efetividade do item objeto de hedge em relação ao instrumento financeiro derivativo mostrou-se efetivo.

Especificações	31/12/2022		31/12/2022		Ajuste a valor de mercado
	Valor da curva		Valor de mercado		
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	
Instrumento de hedge					
Swap - DI / IPCA-PRE.....	4.580.253	4.505.096	4.570.853	4.390.583	180.270

* O teste de efetividade do item objeto de hedge em relação ao instrumento financeiro derivativo mostrou-se efetivo.

21. VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Classificamos os Instrumentos Financeiros mensurados ao valor justo utilizando a hierarquia conforme segue:

- Nível 1: as informações são obtidas por meio de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Nível 2: as informações são obtidas por meio de outras variáveis, além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis, para o ativo ou passivo, diretamente ou indiretamente.
- Nível 3: as informações são obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que, em grande parte, não têm como base os dados observáveis de mercado.

Nos casos em que não estão disponíveis preços cotados em mercado, os valores justos são baseados em estimativas, com a utilização de fluxos de caixa descontados ou outras técnicas de avaliação. Essas técnicas são afetadas de forma significativa pelas premissas utilizadas, inclusive a taxa de desconto e a estimativa dos fluxos de caixa futuros. O valor justo estimado obtido por meio dessas técnicas não pode ser substanciado por comparação com mercados independentes e, em muitos casos, não pode ser realizado na liquidação imediata do instrumento.

A tabela abaixo apresenta o valor contábil e o valor justo estimado dos ativos e passivos financeiros:

ATIVOS	31/12/2023			
	Valor contábil	Valor justo		Nível 3
		Nível 1	Nível 2	
Operações de crédito e arrendamento mercantil.....	25.652.816	-	-	25.906.898
Instrumentos financeiros derivativos.....	94.493	-	94.493	-
Outros ativos financeiros.....	121.394	-	121.394	-
Total	25.868.703	-	215.887	25.906.898

PASSIVOS

Depósitos interfinanceiros.....	1.981.240	-	1.986.757	-
Depósitos a prazo.....	3.277.428	-	3.320.271	-
Obrigações por emissão de letras de crédito do agronegócio.....	5.326.275	-	5.321.659	-
Obrigações por emissão de letras financeiras.....	4.200.436	-	4.322.044	-
Repasse do país - instituições oficiais.....	7.055.968	-	6.829.045	-
Repasse no exterior.....	441.914	-	448.011	-
Instrumentos financeiros derivativos.....	194.701	-	194.701	-
Dívidas subordinadas elegível ao capital.....	699.394	-	872.667	-
Outros passivos financeiros.....	831.480	-	831.480	-
Total	24.008.836	-	24.126.635	-

ATIVOS	31/12/2022			
	Valor contábil	Valor justo		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3
Operações de crédito e arrendamento mercantil.....	19.685.165	-	-	19.467.402
Instrumentos financeiros derivativos.....	201.161	-	201.161	-
Outros ativos financeiros.....	77.079	-	77.079	-
Total	19.963.405	-	278.240	19.467.402

PASSIVOS	31/12/2022			
	Valor contábil	Valor justo		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3
Depósitos interfinanceiros.....	3.117.480	-	3.128.575	-
Depósitos a prazo.....	2.439.087	-	2.491.765	-
Obrigações por emissão de letras de crédito do agronegócio.....	2.183.103	-	2.169.459	-
Obrigações por emissão de letras financeiras.....	3.408.991	-	3.542.262	-
Repasse do país - instituições oficiais.....	6.324.261	-	5.675.638	-
Repasse no exterior.....	328.718	-	331.905	-
Instrumentos financeiros derivativos.....	20.892	-	20.892	-
Dívidas subordinadas elegível ao capital.....	307.420	-	411.564	-
Outros passivos financeiros.....	264.909	-	264.909	-
Total	18.394.861	-	18.036.969	-

Os métodos e as premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

- a) **Caixa e equivalentes de caixa** - compreende disponibilidades em caixa e depósitos bancários à vista e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais em até 3 (três) meses e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.
- b) **Operações de crédito e títulos e créditos a receber** - O valor justo foi estimado com base no valor futuro dos portfólios de crédito e aplicado taxa de desconto composta por custo de captação e spread, conforme detalhado abaixo:
- Custo da captação das operações não BNDES: representado pelo % do CDI aplicado sobre a curva de juros futuros extraída da B3 referente à data-base das Demonstrações Financeiras no vértice correspondente ao prazo médio desse portfólio;
 - Custo da captação das operações BNDES: como aproximadamente 90% das operações de crédito do BNDES são indexadas à taxa prefixada, para efeitos de marcação a mercado será utilizada a curva de juros futuros extraída da B3 referente à data-base das Demonstrações Financeiras no vértice correspondente ao prazo médio desse portfólio;
 - Spread da operação: abrange impostos, provisão para risco de crédito, despesas operacionais e administrativas e a margem definida nos Comitês de Precificação.
- Para instrumentos financeiros representados por contas a receber de curto prazo, para quais o valor presente dos fluxos de caixas futuros não difere significativamente do valor contábil, presumimos que o valor contábil é uma estimativa confiável do valor justo.
- c) **Ativos e passivos financeiros** - Ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e, subsequentemente, mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo.
- d) **Depósitos interfinanceiros** - As transações praticadas interfinanceiras são rotativas, não permanecendo no passivo, assim representa um valor justo da operação e próximo de seu valor contábil.
- e) **Depósitos a prazo** - O valor justo dos depósitos a prazo prefixados foi estimado com a utilização do cálculo do fluxo de caixa descontado, com a aplicação da taxa de juros que o Banco oferece na data do balanço.
- f) **Obrigações por emissão de letras imobiliárias, letras de crédito do agronegócio e letras financeiras** - foram estimados com a utilização do cálculo do fluxo de caixa descontado, com a aplicação da taxa de juros que oferecemos na data do balanço.
- g) **Repasse do país - instituições oficiais** - os valores justos foram calculados mediante os fluxos de caixa descontados pelas taxas médias de funding do portfólio.
- h) **Instrumentos financeiros derivativos**: têm seu valor de mercado baseado em cotações de preços de mercado divulgados pela B3 na data do balanço.

Análise de sensibilidade
 O Banco CNH utiliza a avaliação da suficiência do valor de Patrimônio de Referência (PR) mantido para a cobertura do risco de variação das taxas de juros em instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB), como uma das metodologias de análise de sensibilidade ao risco de flutuação nos valores de mercado das posições detidas pela Instituição. Sendo estas flutuações provenientes do risco de taxa de juros, da taxa de câmbio, do preço de ações ou do preço de mercadorias (commodities). Nesse sentido, a mensuração e a dimensão das exposições ao IRRBB é feita pela média entre o Δ VEE (Delta Economic Value of Equity) e Δ NII (Delta Net Interest Income), metodologias padrões estabelecidas na Circular nº 3.876/2018 do Banco Central do Brasil.

Para fins desta publicação, definem-se:
 Δ VEE como a diferença entre o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento de instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros.

Δ NII como a diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros.

O quadro abaixo apresenta os valores de sensibilidade para o cenário paralelo de alta e o cenário paralelo de baixa, apurados pelo Δ VEE e Δ NII, referentes à posição da carteira em 31 de dezembro de 2023:

	Δ VEE		Δ NII	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Cenário paralelo de alta	297.705	186.102	218	-
Cenário paralelo de baixa	-	-	34.096	48.844
Variação máxima	297.705	186.102	34.096	48.844

31/12/2023 2.419.744 31/12/2022 1.864.375

Mais detalhes sobre o gerenciamento de riscos podem ser consultados no site https://www.cnhindustrialcapital.com/pt_br através do documento - Relatório de Gestão de Riscos - Pilar 3 - 4º Trimestre de 2023. Este documento / informações não fazem parte dessas demonstrações financeiras.

22. RESULTADO NÃO RECORRENTE REGULATÓRIO

Apresentação do Resultado não Recorrente Regulatório do Banco CNH Industrial, de acordo com os critérios estabelecidos na Resolução BCB nº 2/2020:

	01/01/2023 a 31/12/2023	01/01/2022 a 31/12/2022
Resultado não recorrente regulatório		
Doações.....	-	5.562

23. LIMITES OPERACIONAIS

O CMN (Conselho Monetário Nacional), através da Resolução CMN nº 4.958/21, instituiu a forma de apuração do Patrimônio de Referência (PR), com efeito, a partir de 3 de janeiro de 2022. O índice de Basileia para 31 de dezembro de 2023 é 13,08% (11,09% em 2022). O aumento no índice de Basileia foi basicamente devido ao aporte de Capital Social e a contratação de operações de Dívidas Subordinadas no exercício de 2023. O Banco possui Patrimônio de Referência (PR) de 5,08% acima do mínimo exigido (8,00%).

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ODDONE INCISA
Presidente

RAFAEL MIOTTO
Membro

FABIOLA TEMPONI
Membro

BIANCA BELOTTI
Membro

HEBERSON GOES
Membro

DIRETORIA

HEBERSON GOES
Presidente

DIOGO BIZINELLI
Diretor

JUCIVALDO FEITOSA
Diretor

REGIANNE VASSÃO
Diretora

CARLOS BERNARDIS
Diretor

MARCELO DALCUCHE
Diretor

COMITÊ DE AUDITORIA

DIOGO BIZINELLI
Presidente

HEBERSON GOES
Membro

JUCIVALDO FEITOSA
Membro

REGIANNE VASSÃO
Membro

COMITÊ DE REMUNERAÇÃO

DARILENE RAFTOPULUS
Presidente

HEBERSON GOES
Membro

BRUNO NOGUEIRA
Membro

NATALI CASTRO
Membro

COMITÊ DE RISCOS

GUILHERME FONSECA
Presidente

CHRISTIAN ROSSI
Membro

HEBERSON GOES
Membro

CARLOS BERNARDIS
Membro

CONTADORA

JANE BRAZ
CRC PR - 038616/O



Demonstrações Financeiras - Dezembro 2023

BANCO CNH INDUSTRIAL CAPITAL S.A. | CNPJ: 02.992.446/0001-75 | Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, n° 11.825 - Curitiba - PR - Brasil | Ouvidoria: 0800 702 7041

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Introdução

O Comitê de Auditoria do Banco CNH Industrial Capital S.A., composto pelos membros nomeados pelo Conselho de Administração, é o órgão estatutário responsável por (i) zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras; (ii) pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares; (iii) pela atuação, independência e qualidade do trabalho das empresas de auditoria independente; (iv) pela atuação, independência e qualidade do trabalho da Auditoria Interna; e (v) pela qualidade e efetividade do sistema de controles internos.

Para o cumprimento de suas atribuições, as avaliações e recomendações do Comitê baseiam-se em informações recebidas das principais áreas do Banco, da auditoria interna e auditoria independente.

O Comitê de Riscos avalia e supervisiona a aderência às políticas e estratégias de gestão de riscos, assim como propõe alterações quando necessárias.

A área contábil do Banco CNH Industrial Capital S.A. é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras e pelos critérios e procedimentos utilizados nos processos geradores das informações e, portanto, é a guardadora de sua qualidade.

A auditoria interna é responsável por identificar e avaliar os principais riscos a que está exposto o Banco CNH Industrial Capital S.A. em suas operações, bem como analisar os controles utilizados na mitigação desses riscos. É de sua competência, também, verificar o cumprimento das normas legais e regulamentares que regem as operações auditadas. A área de Controles Internos atua visando garantir o adequado ambiente de Controles Internos na organização e as de Compliance e BNDES e Produtos acompanham a publicação de normas para avaliar possíveis desdobramentos para a Instituição.

A Ouvidoria atua de forma a assegurar a estrita observância das normas legais e regulamentares relativas aos direitos do consumidor e como canal de comunicação entre a Instituição e os clientes e usuários de seus produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos.

A Deloitte Touche Tohmatsu é a empresa responsável pela auditoria das demonstrações financeiras e deve assegurar que elas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco CNH Industrial Capital S.A., e que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Principais Atividades

Neste semestre foram realizadas reuniões com a participação de representantes das áreas financeira/contábil, controles internos e compliance, auditorias interna e independente. Os assuntos tratados nas reuniões foram registrados em atas, e fazem parte deste relatório em sua versão completa.

Nessas reuniões foram abordados, em especial, assuntos relacionados aos sistemas de controles internos, aspectos contábeis, provisões, contingências, além de recomendações emitidas pelas auditorias interna e independente. Nas situações em que identificou necessidade de melhoria, recomendou aprimoramentos.

Manteve diálogo com as equipes de auditorias interna e independente, oportunidades em que verificou o cumprimento dos seus planejamentos, conheceu o resultado dos principais trabalhos e examinou suas conclusões e recomendações. O Comitê de Auditoria revisou os Relatórios da Administração, Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas e discutiu com a Auditoria Independente os resultados de seus trabalhos.

Conclusão

Assim, com base nas informações recebidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria concluiu:

Os sistemas de controles internos são adequados ao porte e à complexidade dos negócios do Banco CNH Industrial Capital S.A. e objeto de permanente atenção por parte da Administração;

A Auditoria Interna é efetiva, independente e responde adequadamente às demandas do Comitê de Auditoria;

A Auditoria Independente é efetiva e não foram identificadas ocorrências que pudessem comprometer sua independência; As demonstrações financeiras de 31/12/2023 do Banco CNH Industrial Capital S.A. foram elaboradas em conformidade com as normas legais e com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e refletem, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira naquela data. Por estas razões o comitê recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das demonstrações financeiras.

Curitiba, 22 de março de 2024.

Comitê de Auditoria

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração, aos Administradores e aos Acionistas do

Banco CNH Industrial Capital S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco CNH Industrial Capital S.A. ("Banco CNH"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco CNH em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco CNH Industrial Capital S.A., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

1. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa envolve julgamento e o uso de estimativas por parte da Administração do Banco CNH. Conforme divulgado nas notas explicativas n° 3.f) e n° 6 às demonstrações financeiras, as operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas pelo nível de risco, de acordo com o julgamento da Administração, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN n° 2.682/99. Para tanto, o Banco CNH utiliza políticas internas que consideram a definição de "ratings" de classificação de risco de crédito para os devedores e suas respectivas operações, envolvendo níveis de inadimplência e premissas e julgamentos da Administração, com o objetivo de representar sua melhor estimativa quanto ao risco de crédito de sua carteira.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi considerada um principal assunto de auditoria devido à relevância no contexto das demonstrações financeiras, e ao uso de estimativas e julgamento por parte da Administração na determinação das provisões que são constituídas.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) entendimento do critério de provisionamento adotado pelo Banco CNH para as operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito; (b) entendimento e testes do desenho da implementação e da efetividade dos controles internos relevantes sobre o processo de atribuição de "ratings" aos devedores e suas respectivas operações; (c) análise dos critérios de provisionamento dessas operações e desafio das premissas utilizadas pela Administração e da aderência aos parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN n° 2.682/99, com base em amostragem; (d) análise do nível de provisionamento total das carteiras; e (e) análise da adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

Consideramos que os critérios e as premissas adotados pela Administração para estimar a provisão para créditos de liquidação duvidosa são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

2. Ambiente de tecnologia da informação

As operações do Banco CNH dependem do ambiente de tecnologia e de infraestrutura capazes de suportar um elevado número de transações processadas diariamente em seus sistemas de informação legados que alimentam os seus registros contábeis. Os processos inerentes à tecnologia da informação, associados aos seus controles, podem, eventualmente, conter riscos no processamento e na geração de informações críticas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras, justificando nossa consideração como área de foco em nossa auditoria devido à relevância no contexto das demonstrações financeiras.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Com o envolvimento de nossos especialistas em auditoria de sistemas, identificamos os sistemas relevantes que suportam as principais atividades de negócio do Banco CNH, avaliamos o desenho e a implementação dos controles gerais do ambiente de processamento e testamos a efetividade operacional desses controles, incluindo, quando necessário, os testes de controles compensatórios relacionados à segurança da informação, ao desenvolvimento e à manutenção de sistemas relevantes e à operação do ambiente de tecnologia da informação relacionados com a infraestrutura que suporta os negócios do Banco CNH.

Considerando os processos e controles do ambiente de tecnologia da informação, associados aos testes realizados mencionados anteriormente, julgamos que nos permitiram de forma razoável considerar as informações extraídas de determinados sistemas para definirmos a natureza, época e extensão de nossos procedimentos de auditoria no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Os valores correspondentes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram anteriormente auditados por outro auditor independente, que emitiu relatório datado de 27 de fevereiro de 2023 sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração do Banco CNH é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco CNH continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco CNH ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco CNH são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco CNH.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco CNH. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco CNH a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre e exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 26 de março de 2024.

Deloitte
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC n° 2 SP 011609/O-8 "F" PR

João Paulo Stellfeld Passos
Contador
CRC n° PR 053072/O-7